



O discurso jornalístico das operações da Polícia Federal e seu desdobramento sobre a formação das identidades¹

Isabela Rodrigues Veiga²

Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

Resumo

A Polícia Federal (PF), no decorrer dos últimos anos, tem pautado os jornais, evidenciando seu trabalho investigativo, especialmente, no combate à corrupção. Através da mediação, portanto, a sociedade toma conhecimento das operações da PF, bem como forma sua opinião acerca da identidade da organização. Partindo desta perspectiva, este trabalho dá enfoque à análise do discurso jornalístico acerca das operações policiais, buscando reconhecer, nos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Tribuna Minas*, de que maneira a PF é representada e quais significados estão sendo atribuídos à organização. Para tanto, far-se-á uso da análise de discurso proposta por Fairclough que considera a importância de se analisar o texto e sua conexão com a prática discursiva e social, possibilitando, assim, a discussão sobre a constituição das identidades e a importância da linguagem neste processo.

Palavras-chave

Polícia Federal; Discurso; Jornalismo Impresso; Identidades; Representação.

1. Introdução

Este trabalho parte do pressuposto de que a identidade é constituída, acima de tudo, pelos mecanismos de representação social que nos rodeiam incessantemente dentro de um determinado sistema cultural. Afinal, para a definição de quem somos ou quem são os ‘outros’, torna-se imprescindível que haja um dinâmico processo de identificação junto às representações que nos são apresentadas.

Partindo desta ótica, os meios de comunicação desempenham papel central neste processo, pois ao mediar as informações constituem verdadeiros sistemas de representação, onde atores sociais podem se reconhecer pertencentes aos mais diversos grupos e identidades.

No jornalismo impresso não é diferente. Através do relato diário dos acontecimentos, o jornal auxilia na integração social, constituindo uma comunidade imaginária, onde seus membros tomam conhecimento dos mesmos assuntos e

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Jornalista, Advogada e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).



compartilham dos mesmos problemas. Em outras palavras, os jornais, ao operarem a construção social da realidade, constituem um poderoso campo semântico, do qual se pode deprender aspectos da teia social onde estamos imersos.

A partir desta perspectiva, e diante da crescente cobertura jornalística das operações da Polícia Federal (PF), este trabalho buscará, a partir da análise de discurso, perceber de que forma a PF é representada pelos jornais.

Para constituir o *corpus* empírico a ser analisado com base na metodologia de análise do discurso - a partir da tradição teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso, tal como qualificada por Norman Fairclough (2001) -, selecionamos as matérias de capa de dois jornais de âmbito nacional, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, e um de circulação regional, da cidade mineira de Juiz de Fora, cuja denominação é *Tribuna de Minas*. O recorte temporal foi de até cinco dias subsequentes à deflagração das seguintes operações da PF: *Hurricane*, *Navalha*, *Xeque-Mate*, *Pasárgada* e *De Volta para Pasárgada*. No total, foram selecionadas 43 matérias. A seguir, traçaremos breve histórico das referidas operações.

2. Das operações policiais selecionadas

Deflagrada em 13 de abril de 2007, a Operação *Hurricane* teve como principal alvo o Judiciário e o combate à exploração de jogos ilegais (bingos e caça-níqueis). Quatro estados brasileiros foram palco de apreensões e prisões: Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Distrito Federal. Nesta operação, a PF teria descoberto que bicheiros estavam comprando sentenças (e liminares) para liberação dos referidos jogos de azar.

A Operação *Hurricane* ganhou muita repercussão, pois importantes magistrados foram presos, a exemplo do desembargador do Tribunal de Justiça do Rio, Carreira Alvim. Além disso, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Medina, também teve seu nome envolvido e, por isso, muitas matérias sobre o possível envolvimento do mesmo ganharam as capas dos principais jornais.

Aproximadamente um mês depois de *Hurricane*, a PF deflagrou outra operação de destaque. Intitulada *Navalha*, a ação teve como foco a investigação de fraude em licitações envolvendo a empresa Gautama. Cerca de 400 policiais federais foram mobilizados em dez estados brasileiros para cumprir cerca de 40 mandados de prisão preventiva e 84 mandados de busca e apreensão, todos decretados pela Ministra Eliana



Calmon, do STJ. *Navalha* ganhou bastante atenção midiática, pois, segundo a PF, estavam envolvidos o ex-governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares (PSB), um deputado, dois prefeitos, servidores, empresários e um assessor do ministro Silas Rondeau (Minas e Energia). Devido a esta investigação da Polícia Federal, Silas Rondeau renunciou ao cargo de Ministro de Minas e Energia e, de certa maneira, o escândalo chegou ao primeiro escalão do Executivo.

Já a operação *Xeque-mate* trouxe novamente à pauta o tema do combate à máfia dos caça-níqueis. Contudo, desta vez, as investigações recaíram sobre o irmão do presidente da república, o Vavá. O enquadramento jornalístico foi a notoriedade do ator principal, no caso, o irmão do presidente Lula. Acusado de tráfico de influência, Vavá estampou a capa dos grandes jornais do Brasil e levantou suspeitas sobre o conhecimento do presidente Lula sobre o caso.

A operação *Pasárgada* apresentou um foco mais regional, contudo, também ganhou destaque na grande mídia, como o Jornal Nacional. Nesta ação, a PF prendeu o prefeito de Juiz de Fora, Alberto Bejani, e de outras cidades mineiras e baianas, todos acusados de fraudar a liberação de verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Deflagrada em nove de abril, a operação também recaiu sobre magistrados, advogados, procuradores municipais, assessores e lobistas.

A Operação *De Volta para Pasárgada* foi uma extensão da anterior (*Pasárgada*), pois de posse dos documentos apreendidos em abril, a PF pode, em junho, novamente prender Bejani (que havia sido solto). Desta vez, o então prefeito de Juiz de Fora estava sendo acusado de corrupção, por se envolver em esquema de aumento na passagem de ônibus.

3. Da metodologia: a análise de discurso crítica

A teoria Social do Discurso é uma abordagem de Análise de Discurso Crítica (ADC), desenvolvida por Norman Fairclough, que tem como fundamento a percepção da linguagem como parte irredutível da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais. Nesse sentido, Fairclough centra-se em dois conceitos: discurso e prática social.



A linguagem é uma importante (se não a principal) variável nos processos de transformação social. É seguindo esta premissa que Fairclough desenvolve seu método de pesquisa, que põe em evidência também a constituição das identidades.

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’; diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam elas a ‘doença mental’, a ‘cidadania’ ou o ‘letramento’) de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou pacientes), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise de discurso. (FAIRCLOUGH, 2001, p.22)

Sendo assim, entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. “Nisso consiste a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo da estrutura social. Não há, portanto, uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.26).

A teoria de Fairclough determina que a análise de discurso deve ser pensada tridimensionalmente: texto, prática discursiva e prática social. Assim, é possível avaliar as relações entre mudança discursiva e social e relacionar sistematicamente propriedades detalhadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias de práticas sociais.

Levando-se em consideração que o objetivo desta pesquisa é perceber a forma como se dão os discursos sobre a Polícia Federal, passaremos a descrever quais categorias analíticas utilizaremos para este trabalho. Em primeiro lugar, destaca-se um conceito central na obra de Fairclough e de outros estudiosos do discurso: a intertextualidade.

Foucault (apud Fairclough, 2001, p.133) afirmou: “não pode haver enunciado de que uma maneira ou de outra não reatualize outros”. A frase do teórico conceitua o termo *intertextualidade*, categoria analítica que busca desvendar quais enunciados estão imbricados em um determinado discurso. Nesse sentido, podemos encontrar, por exemplo, em um monólogo diversas vozes provenientes do imaginário coletivo e da história.

Nenhum membro da comunidade verbal consegue encontrar palavras de sua língua que sejam neutras, isentas das aspirações e das avaliações dos outros,



inabitadas pela voz de outrem. Não, ele recebe a palavra pela voz do outro, e essa carga permanece. Intervém no seu próprio contexto a partir de um outro contexto, afectado pelas intenções de outrem. (BAKHTINE apud PONTE, 2005, p.27)

A intertextualidade é uma categoria de análise muito complexa e potencialmente fértil. Podemos dizer que os textos são dialógicos em dois sentidos: mesmo os textos aparentemente monológicos, como textos escritos, participam de uma cadeia dialógica, no sentido de que respondem a outros textos e antecipam respostas e, além disso, o discurso é internamente dialógico, afinal é polifônico, articulando várias vozes.

A intertextualidade pode ser percebida de duas maneiras, a saber: manifesta e constitutiva. O primeiro caso ocorre quando outros textos estão explicitamente demarcados ou sugeridos por traços na superfície do texto, através das aspas, por exemplo. Já a intertextualidade constitutiva de um texto é a configuração de convenções discursivas que entram em sua produção. Neste último caso, Fairclough ressalta que esta espécie de intertextualidade pode ser denominada interdiscursividade.

Ao trazermos o tema intertextualidade e mídia, devemos ter em mente o modo de produção da notícia: uso de fontes oficiais, valores-notícia, agendamento, etc. Afinal, os jornalistas são mediadores, colocam em pauta os eventos dignos de serem notícias para a audiência nos termos de seu próprio ‘senso comum’ ou numa versão estereotipada disto. Ao ‘traduzirem’ os acontecimentos para uma linguagem voltada para a audiência, operam uma aproximação entre fontes e leitores/telespectadores, reforçando assim algumas identidades.

Os eventos dignos de se tornar notícia se originam de limitado grupo de pessoas que têm o acesso privilegiado à mídia, que são tratadas pelos jornalistas como fontes confiáveis, e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas no discurso da mídia. Em algumas notícias da mídia, essas vozes externas tendem a ser explicitamente identificadas e demarcadas (...). *Quando, entretanto, elas são traduzidas na versão o jornal da linguagem popular, como nesse caso, há um grau de mistificação a respeito de quem são as vozes e as posições que estão sendo representadas. Se as vozes de pessoas e grupos poderosos na política, na indústria, etc são representadas em uma versão da fala cotidiana (mesmo simulada e parcialmente irreal), então as identidades entram em colapso. Os grupos poderosos são representados como se falassem na linguagem que os próprios leitores poderiam ter usado o que torna muito mais fácil de adotar os seus sentidos. Pode-se considerar que a mídia de notícias efetiva o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta.* (FAIRCLOUGH, 2001, p.144, grifo nosso)

A intertextualidade manifesta, conforme dito anteriormente, é aquela que é marcada na superfície textual. Já a interdiscursividade trata das convenções discursivas



que entram em jogo na produção de um texto, como por exemplo, o gênero, o estilo e os discursos particulares (o militar, o publicitário, esportivo, etc).

Independente das distinções categóricas acerca da análise da intertextualidade, é importante ter em mente que texto e contexto estão fortemente imbricados e, portanto, não há palavras neutras, livres de significados sociais e ideologias. Neste aspecto, embora o texto jornalístico tenha a pretensão de ser objetivo, isento de opinião, a escolha das palavras sempre será carregada de significados que estão presentes em discursos outros, estes oriundos do tecido social, da cultura e da história.

Desta maneira, pensando na relação dos textos com a realidade, não podemos deixar de falar um pouco sobre a *coerência*, afinal, é através dela que haverá *os efeitos de real*. Existirá verossimilhança capaz de satisfazer a pretensão das informações e sua credibilidade, através de uma coesão interna evidenciada no modo como se escreve. Teun van Dijk (apud PONTE, 2005, p.47) explica como a coerência e a coesão das notícias se apresentam de forma singular relativamente a outros relatos, na substituição do registro cronológico por critérios de relevância e por relações de especificação que acompanham as relações condicionais e temporais. Fazendo uso da categoria analítica da ‘coerência’ buscaremos entender as notícias, as histórias recriadas, através das conexões entre partes, da serialidade temática e do encadeamento narrativo cronológico. A idéia é compreender o tema como síntese. A questão é: de que forma a coerência opera na formação das identidades? A resposta está na interpelação dos sujeitos.

Isto é, os textos estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são ‘capazes’ de compreendê-los e ‘capazes’ de fazer as conexões e as inferências, de acordo com princípios interpretativos relevantes, necessários para gerar leituras coerentes.(...) À medida que os intérpretes tomam essa posições e automaticamente fazem estas conexões, são assujeitados pelo texto (...) (FAIRCLOUGH, 2001, p.114).

Para operar a análise da coerência, é preciso estar atento aos conectivos e argumentação, bem como a marcação coesiva de superfície, tal como a referência, os pronomes, as substituições lexicais, a elipse e as tradicionais conjunções. Estes marcos na superfície do texto devem ser interpretados pelos receptores das mensagens como parte do processo de construção de leituras coerentes dos textos.

Ainda pensando na análise textual e sua relação com a prática social e, conseqüentemente, com a formação das identidades, também verificaremos o uso da *modalidade* e da *metáfora*.



A dimensão da gramática da oração que corresponde à função interpessoal da linguagem é a modalidade. Através dela, é possível perceber o comprometimento do autor com o que está sendo enunciado. Funcionam como presunções valorativas impressas em marcadores relativamente transparentes de avaliação. Para Fairclough (apud RESENDE; RAMALHO, 2006, p.82) “a questão da modalidade pode ser vista como a questão de quanto as pessoas se comprometem quando fazem afirmações, perguntas, demandas e ofertas”.

A modalidade pode ser subjetiva ou objetiva. A subjetiva ocorre quando o grau de afinidade pode ser explicitado: penso/suspeito/duvido. Já na modalidade objetiva ocorre quando a base subjetiva se encontra implícita: pode ser/ provavelmente. No caso da mídia, devido às características do discurso jornalístico, é comum encontrarmos apenas o uso da modalidade objetiva. Contudo, o uso dessa modalidade pode ocultar o ponto de vista representado, tornando, assim, perspectivas parciais em universais.

Os jornais tendem a oferecer versões da verdade às vezes opostas (embora frequentemente harmonizadoras), cada uma das quais se baseia na reivindicação implícita e indefensável de que os eventos podem ser representados transparente e categoricamente e que perspectiva pode ser universalizada. Esse mito sustenta o trabalho ideológico da mídia, que oferece imagens e categorias para a realidade: posiciona e molda os sujeitos sociais e contribui principalmente para o controle e reprodução social. (FAIRCLOUGH, 2001, p.114).

Para este trabalho, buscaremos nas matérias jornalísticas das operações da PF, a presença da modalidade, buscando perceber de que maneira a instituição é representada. Verbos e advérbios modais serão observados, bem como tempos verbais, adjetivos e locuções adverbiais.

Por fim, para finalizar as categorias a serem analisadas, abordaremos a metáfora. Trata-se de um instrumento de comunicação importantíssimo, pois explora o patrimônio comum das imagens da memória coletiva.

Lakoff e Johnson (2002, p.45) explicam que as metáforas estão infiltradas na vida cotidiana, não somente na linguagem mas no pensamento e na ação. Sendo assim, nosso sistema conceptual é metafórico por natureza. Isso significa que os conceitos que estruturam os pensamentos estruturam também o modo como nos relacionamos com outras pessoas de acordo com nossa experiência física e cultural. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.86)

Fairclough (2001) explica que quando significamos algo por meio de uma metáfora e não de outra estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra, o que sugere filiação a uma maneira particular de representar aspectos do mundo



e de identificá-los. Daí a importância de incluir esta categoria para o objeto desta pesquisa, qual seja, constituição de identidades pela mídia.

Conforme se observa, as categorias analíticas selecionadas (intertextualidade, coerência e coesão, modalidade e metáforas) serão de grande valia para o objetivo desta pesquisa, pois cada uma delas propõe um elo entre discurso e realidade. Ao focar nestes marcos textuais poderemos verificar sentidos/significados e valores implícitos, mas que contribuem fortemente para a consolidação da imagem da Polícia Federal.

4. A representação da Polícia Federal e dos acusados n’O Globo, Folha de S. Paulo e Tribuna de Minas

4.1 A vilanização dos acusados

Após a aplicação da metodologia explicitada, verificamos que os resultados apontam para a estereotipia, na construção discursiva dos jornais, daqueles que são acusados e presos durante as operações da PF. Comumente, nas matérias, eles são denominados através de escolhas semânticas que, de antemão, os culpabilizam, conforme demonstram as orações a seguir: “Para o delegado, Renato Porciúncula, os presos ‘montaram uma *rede de corrupção* e tráfico de influência para ficar impunes” (GOMIDE, 2007). “Em despacho enviado ao Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, diz haver indícios de que Paulo Medina teria recebido propina para beneficiar a *quadrilha*.” (MICHAEL; SOUZA; BRAGON, 2007a).

Conforme se observa, estes termos aparecem tanto através do discurso indireto, o que tem como característica a possibilidade de misturar as vozes (jornalista/fontes oficiais), como também através do próprio jornal que assume este tipo de denominação. Eis algumas manchetes de capa: “*Máfia* do jogo também subornava políticos” (MÁFIA, 2007), “A Polícia Federal, que apura o suposto envolvimento do ministro Silas Rondeau no *esquema de fraude* de obras públicas desmontado pela Operação *Navalha* (...)” (SUSPEITA, 2007). Além destas selecionadas, também são utilizadas as expressões “*esquema de corrupção*” e “*o grupo criminoso*”.

Pensando na intertextualidade e na ocorrência de outros discursos e contextos, não podemos deixar de perceber que algumas destas expressões trazem implícita a idéia



do envolvimento de pessoas ditas poderosas. A palavra “máfia”, por exemplo, é utilizada em praticamente todas as operações analisadas. Em “O Globo”, as notícias sobre a operação *Hurricane* são agrupadas em um especial, denominado “A máfia oficial”.

Lembramos que esta palavra nos remete a uma série de significados conhecidos do imaginário coletivo, que permeiam os discursos atuais, revisitando nosso arcabouço cultural. A máfia italiana, eternizada em produções cinematográficas, em especial “O Poderoso Chefão”, é marcada pela união de pessoas (muitas vezes, com grau de parentesco próximo) para a prática do crime. No entanto, estas pessoas possuem reconhecimento social, inclusive por meio da filantropia (personagem Michael Corleone, do filme “O Poderoso Chefão”).

Voltando ao nosso objeto de pesquisa, no que diz respeito à presença da intertextualidade constitutiva e, portanto, do discurso ‘máfia italiana’, os próprios policiais demonstram, através da intertextualidade manifesta, a analogia entre a alteridade (presos/envolvidos) e este tipo de discurso: “ - Se conseguirmos esse acordo, vai sobrar para muito mais gente. Hoje (ontem) foram presos os *chefões, os capos dos capos*. Muita água vai rolar ainda – advertiu um delegado.” (FURACÃO, 2007).

Nesta frase, o delegado faz referência evidente ao discurso da máfia italiana, inclusive, através da expressão “*capos dos capos*”, ou seja, os “cabeças da organização”, em italiano. Mapeamos, ainda, uma matéria que deixa ainda mais clara a análise acima: “Ao som da música tema do filme ‘*O poderoso chefão*’, a Polícia Federal produziu um DVD com o relatório do que já foi apurado até agora sobre a quadrilha chefiada pelo empresário Zuleido Veras.” (CARVALHO; LEALI, 2007).

A relação da alteridade, ou seja, dos envolvidos e de seus status sociais, também é bastante enfatizada na *Folha de S. Paulo*. “As *autoridades detidas* são acusadas de vender proteção e informações aos contraventores. O diretor de inteligência da PF, Renato Porciúncula, classificou a operação como a que envolveu o maior número de *autoridades* na história.” (GOMIDE, 2007). Aqui temos não só a referência do próprio jornal, como a presença da PF avaliando a própria ação.

Nesse sentido, o que percebemos é que, ao utilizar as metáforas e a intertextualidade manifesta e constitutiva, os jornais reforçam a identidade da PF, já que marcam a alteridade pela prática do crime e pelo status social. Isso também pode ser verificado através da análise da coerência, já que, normalmente, as matérias relacionam



a prisão dos envolvidos com seus cargos ou parentesco com pessoas importantes e, ainda, fazem menção ao fato de serem donos de grandes patrimônios.

O uso da modalidade é comum na descrição do patrimônio apreendido: “Além de caixas de documentos, a PF apreendeu bens dos acusados que, se somados, *ultrapassam a casa dos R\$ 20 milhões.*” (GRIPP; BRÍGIDO; GOIS, 2007) “Os policiais *se surpreenderam* ao encontrar 27 relógios de luxo Rolex (GRIPP; BRÍGIDO; GOIS, 2007). “O dinheiro foi apreendido *principalmente* em casa de contraventores (...).” (GOMIDE, 2007) “Entre as buscas e apreensões realizadas pela Polícia Federal, uma verdadeira *coleção de carros* esportivos, a maioria importados, chamou a atenção dos policiais.” (POLÍCIA, 2007). Ao descrever o patrimônio apreendido, os jornalistas se deixam perceber por meio das modalidades, pois utilizam adjetivos e advérbios com maior frequência.

4.2 Metáforas e escolhas semânticas para designar as operações

A Polícia Federal, ao denominar suas operações com palavras de efeito (*Hurricane*, *Pasárgada*, *Xeque-mate* e *Navalha*), faz constantemente o uso da metáfora para reforçar suas ações. Os jornais, evidentemente, compram a idéia e enfatizam as supostas identidades dos acusados – e da própria instituição – por meio destas expressões. “*Navalha na corrupção*” é o título da matéria de capa do “O Globo”, de 18 de maio de 2007.

Remetendo aos campos semânticos de limpeza pessoal (lâmina, corte, higiene), a metáfora posiciona claramente o papel esperado da Polícia Federal: ela é representada pelo jornal como “o” instrumento institucional responsável por ceifar a corrupção. É ela quem pode “limpar” o país de uma elite corrupta que nunca foi molestada e que enfrenta, por parte da PF, uma efetiva e heróica resistência.

Enquanto a *Folha de S. Paulo* não dá tanto enfoque ao nome das operações, o *Globo* extrai todo o significado possível, dando destaque às ações investigativas da PF: “*Furacão é apenas o primeiro passo da devassa*” (FURACÃO, 2007), “*Navalha deve chegar ao Congresso*” (CARVALHO, CASTRO, 2007), “*Navalha atinge também dirigente da PF*” (NAVALHA, 2007).

A *Tribuna de Minas* também destaca o nome da operação, inclusive, ressaltando o sentido poético de *Pasárgada*. A matéria é da Agência Estado (AE) e foi publicada na



Tribuna de Minas, de 04 de abril de 2008. Nela, percebemos não só a ênfase na expressão pelo jornal, como a presença da PF, através da intertextualidade manifesta. “Ao batizar a operação que prendeu 16 prefeitos, a Polícia Federal buscou inspiração no poema de Manuel Bandeira que descreve uma cidade paradisíaca (...). ‘*Se esse paraíso existe, estamos trabalhando para que não exista mais*’, disse o delegado Alessandro Moretti, da PF de Minas.” (INVESTIGAÇÃO, 2008)

Em *Hurricane*, a *Folha de S. Paulo* deu abertura para que a PF expusesse as justificativas para a escolha do nome da operação. “Segundo Porciúncula, a operação tinha inicialmente o nome de ‘Furacão’, em português, mas depois teve o idioma trocado quando foi enviada ao Supremo, e ‘subiu de instância’” (GOMIDE, 2007). Quando o delegado faz referência à expressão ‘subiu de instância’, ele quer dizer que o nome foi alterado quando verificaram o suposto envolvimento do ministro Paulo Medina. Verificamos na frase do delegado uma intertextualidade constitutiva, já que o mesmo faz uso do discurso jurídico, exatamente na operação que teve como foco as investigações no Judiciário.

Tal como nos títulos, é possível depreender a construção de significados subtenuais com base nas opções léxicas utilizadas para representar as operações. Um outro fator que agrega sentidos positivos à representação da identidade da PF se relaciona aos verbos utilizados para indicar suas ações durante megaoperações. A manchete de *O Globo*, do dia 14 de abril, ressalta o que estamos dizendo: “PF *desmonta* rede de corrupção com bicheiros, juízes e delegados” (PF, 2007).

Ora, desmontar está sendo usado em seu sentido metafórico, assim como outras frases que encontramos, do tipo: “O prefeito Alberto Bejani (PTB) foi preso ontem na Operação Pasárgada que *desmantelou* o esquema de liberação irregular de verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (BEJANI, 2008). “A Polícia Federal *desencadeou* no início da manhã de ontem uma megaoperação para *desbaratar* um esquema de desvio de recursos públicos por meio da fraude (...)” (SOUZA, 2007).

O mesmo rumo discursivo aparece em: “PF *desbarata* máfia de caça-níqueis em seis estados e vasculha casa de irmão de Lula” (YAFUSSO; GALHARDO; BARBOSA, 2007) Os verbos selecionados são usados de modo a enfatizar a ação da polícia no combate ao crime organizado, derrubando, destruindo, derrotando a corrupção na política e no Judiciário.



4.3 A PF no combate à corrupção

Em se tratando da temática “combate à corrupção”, há sua presença tanto através da intertextualidade constitutiva, quanto da manifesta. No primeiro caso, verifica-se, através de metáforas, um discurso militarizado, que nos remete à guerra, ao combate. “Só na ‘*fortaleza*’ de um dos bicheiros, batizada pelos policiais ‘*bunker* da propina’, foram recolhidos R\$5 milhões (...)” (A SEXTA-FEIRA, 2007), “A PF apreendeu uma grande quantidade de dinheiro e uma *frota* de carros de luxo” (A SEXTA-FEIRA, 2007). “Ele já foi *alvo* de queixa-crime no STF, sob a acusação (...)” (FREITAS; MICHAEL, 2007), “A suspensão dos depoimentos foi adotada principalmente como *estratégia* diante da pouca colaboração dos suspeitos”. (PF, 2007).

A terminologia bélica transparece no jargão policial reproduzido pela imprensa: “A interrupção dos depoimentos permitirá a PF redirecionar a *missão* dos cerca de (...)” (PF, 2007). “A Operação Navalha, da Polícia Federal, revelou que o esquema de fraude em licitações *comandado* pela empresa Gautama (...)” (CARVALHO, 2007), “ ‘A ambição dos integrantes da cúpula da organização é desmedida, e, segundo diálogos interceptados no mês de fevereiro, já estão *se preparando para atacar* as verbas que serão liberadas para atender o PAC (...)’ ” (CARVALHO, 2007) ou “Não se sabe ainda o nível de envolvimento do prefeito de Juiz de Fora no esquema, porque há *várias frentes* de investigação” (BEJANI, 2008).

Os termos destacados fazem referência a expressões comumente utilizadas em guerra, ou seja, intertextualmente percebemos que há um discurso que proclama a Polícia Federal em combate, cuja principal missão é derrotar a corrupção. Tanto é que o termo *desbaratar*, utilizado em diversas matérias para caracterizar a ação da PF nas operações, tem como significado “vencer”, ‘derrotar’.

A idéia da PF como a exterminadora da corrupção está presente em todas as matérias. *O Globo* deixa bem clara sua posição frente às operações. Em *Hurricane*, por exemplo, no dia 14 de abril, o jornal colocou o seguinte título em sua matéria: “*A sexta-feira 13 da corrupção*” (A SEXTA-FEIRA, 2007). Há aqui uma intertextualidade constitutiva, pois, para que possamos interpretar a frase, é preciso conhecer o discurso subjacente, qual seja, o da sexta-feira 13, o dia popularmente conhecido como o do azar. Logo, o que o jornal indica é: a corrupção está com azar. No corpo do texto, o jornal



novamente enfatiza o referido tema: “Na Operação Hurricane (furacão, em inglês), deflagrada numa sexta-feira 13, também foram presos (...)”. (GLOBO, 14 abr. p16).

No jornal *Tribuna de Minas*, podemos perceber a associação sistemática entre as ações da PF e o combate à corrupção: “(...) na Operação Pasárgada, deflagrada pela Polícia Federal (PF), para pôr fim a esquema de liberação irregular de verbas (...)” (BEJANI, 2008) “Além do prefeito Alberto Bejani (PTB), outras 13 pessoas foram presas em todo o estado ontem pela Polícia Federal (PF). Durante mais um capítulo das investigações sobre o esquema de corrupção na administração pública (...)” (ABREU; MIRANDA; SOUZA, 2008).

A *Folha de S. Paulo* também relaciona as investigações da PF a uma ampliação das descobertas de casos e do combate à corrupção – há muito existentes, mas usualmente incógnitas. “As investigações da Operação Navalha revelam um padrão na suposta ação fraudulenta da construtora Gautama: o suborno de políticos e funcionários públicos para obter obras e receber verbas do Estado” (CONTRUTORA, 2007) e “A Polícia Federal, que apura o suposto envolvimento do ministro Silas Rondeau no esquema de fraude de obras públicas desmontado pela Operação Navalha (...)” (SUSPEITA, 2007).

A seqüência das notícias, através de seus conectores, constrói a representação e projeta a imagem de uma instituição que está efetivamente descobrindo e combatendo a corrupção – algo incomum na história pregressa da política brasileira.

Ainda dentro desta temática, percebemos claramente o uso da modalidade no título da matéria que reportou a deflagração da Operação *Navalha*: “De uma vez, 77 na cadeia.” (YAFUSSO; GALHARDO; BARBOSA, 2007). O título, ao focar a expressão modal “de uma vez”, demonstra a eficiência da PF no combate à corrupção e pelo fim da impunidade, já que em seguida ele reforça o número de presos.

5. Considerações finais

Esta pesquisa parte do pressuposto de que para se compreender como os atores sociais são representados e as identidades são constituídas é necessário compreender de que forma são consolidados os discursos midiáticos. Para tanto, selecionamos matérias jornalísticas acerca das operações da Polícia Federal e procedemos à análise discursiva segundo a teoria proposta por Norman Fairclough (2001).



Verificamos que em todas as operações noticiadas (*Hurricane, Navalha, Xeque-mate, Pasárgada e De Volta para Pasárgada*) a Polícia Federal é retratada como uma organização capaz de empreender uma guerra contra a corrupção, combatendo a máfia instituída no alto escalão da política brasileira. Para tanto, a PF bem como os jornais fazem uso de metáforas que ecoam no imaginário coletivo, especialmente, para denominação das operações e da atuação da instituição.

Por outro lado, percebemos, ainda, a vilanização dos acusados, que são caracterizados por escolhas semânticas que de antemão os colocam no banco dos réus, sem direito à defesa perante a sociedade. Ao caracterizar os envolvidos e investigados segundo a ótica da culpa e da criminalidade, os jornais ressaltam a importância da instituição Policial, que, graças à sua atuação, está atuando no sentido de colocar ‘poderosos’ na cadeia. Trata-se, portanto, da utilização da fórmula: ‘heróis *versus* bandidos’, ‘bons *versus* maus’.

Por fim, ressaltamos que as marcas textuais analisadas nesta pesquisa não podem deixar de ser interpretadas, contextualizadas e relacionadas, conforme Fairclough (2001) preceitua, à prática social. É preciso compreender que os discursos projetados pela mídia devem ser compreendidos segundo o contexto sócio-político do Brasil, país muitas vezes relacionado à corrupção desenfreada e à impunidade de pessoas ditas ‘poderosas’. Neste aspecto, verificamos que ao demarcar a alteridade segundo a lógica da criminalidade e reforçar as ações da PF no combate à corrupção, a mídia nos apresenta uma organização policial que está mudando o país, navalhando a criminalidade em classes sociais antes consideradas intocáveis.

Referências

A SEXTA-FEIRA da corrupção. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de abr. 2007, p.16.

ABREU, Lidiane; MIRANDA, Ricardo; SOUZA, Tásia. Bejani é preso e flagrado recebendo propina. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 13 jun 2008.

BEJANI é preso em ação que desmantela fraude no FPM. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 10 abr. 2008, p. 3.

BEJANI é preso em ação que desmantela fraude no FPM. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 10 abr. 2008, p. 3.

CARVALHO, Jaílton de. Navalha na corrupção. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 mai 2007, p.3



CARVALHO, Jaílton de; CASTRO, Luiz Cláudio. Navalha deve chegar ao Congresso. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 mai 2007, p.3

CARVALHO, Jaílton de; LEALI, Francisco. Relatório ao som de ‘O poderoso chefão’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 abr. 2007, p. 03.

CONTRUTORA fez até o edital da obra que ganhou, diz PF. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mai 2007, p.04.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FREITAS, Silvana de; MICHAEL, Andréa. Investigação da PF inclui ministro do STJ. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2007, p.A9

FURACÃO é apenas o primeiro passo da devassa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de abr. 2007, p.20

GOMIDE, Raphael. PF prende desembargadores e cúpula do jogo ilegal no Rio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2007, Brasil, p. A4.

GRIPP, Alan; BRÍGIDO, Carolina; GOIS, Chico de. PF diz que documentos incriminam acusados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 abr. 2007, p. 21.

INVESTIGAÇÃO da Polícia Federal durou 8 meses. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 10 abr. 2008, p. 4.

MÁFIA do jogo também subornava políticos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2007.

MICHAEL Andréa; SOUZA, Leonardo; BRAGON, Ranier. Procurador vê indícios de que ministro do STJ levou propina. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 abr. 2007, Brasil, p. A4.

NAVALHA atinge também dirigente da PF. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 mai 2007, p.8

PF desmonta rede de corrupção com bicheiros, juízes e delegados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2007.

POLÍCIA bate às portas de condomínio de luxo na Avenida Sernambetiba. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de abr. 2007, p.24.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias** - Linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, Leonardo. Polícia prende 46 acusados de corrupção em 9 Estados. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 18 mai 2007, p. A 4.

SUSPEITA sobre Rondeau faz PF pegar fita de ministério. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 21 mai. 2007, p.A4

YAFUSSO, Paulo; GALHARDO, Ricardo; BARBOSA, Aduari Antunes. De uma vez, 77 na cadeia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jun 2007, p.03